



CARTA DE CONJUNTURA – AGOSTO/2026

Os planos de governo de Lula e Flávio Bolsonaro

Os candidatos à Presidência da República protocolaram junto ao TSE seus planos de governo para o período 2027-30. Considerando que a polarização esquerda-direita domina o cenário político brasileiro, esta carta restringe a exposição apenas aos planos de Lula e Bolsonaro nas áreas que são importantes para a população, reveladas pelas pesquisas recentes de opinião pública: segurança pública, segurança jurídica, política fiscal, desenvolvimento e comércio exterior.

A comparação entre os planos de governo é dificultada pela diferença de enfoque de cada um: o plano de Bolsonaro estabelece metas quantitativas em várias áreas, ao passo que o plano de Lula se restringe a enunciar proposições gerais sobre as prioridades de governo. Apesar disso, é visível a diferença de orientação política de cada um deles. Talvez possamos caracterizar o primeiro de liberalismo pragmático e o segundo de socialismo moderado. As principais teses de Bolsonaro são a redução do Estado, a liberdade de opinião, a intolerância ao crime e o crescimento econômico. As principais teses de Lula são a ampliação do papel do Estado, a distribuição de renda, a defesa da soberania nacional e a proteção ao meio ambiente.

Um exemplo desses contrastes é a política fiscal, talvez hoje a principal vulnerabilidade da economia. Bolsonaro pretende mudar o atual regime fiscal para permitir superávits primários e a redução gradual da relação dívida-PIB. Para viabilizar a expansão do Estado, Lula propõe manter o arcabouço fiscal e encontrar novas fontes de financiamento (novos impostos) para os programas de governo e para a previdência social.

Um segundo exemplo diz respeito à inserção internacional do país. Bolsonaro coloca como meta o ingresso do Brasil na OCDE, o que supõe uma maior integração com os países desenvolvidos. Ao contrário, Lula pretende intensificar a participação brasileira nos BRICS e no G-20 e priorizar as relações sul-sul (“Sul global”).

Um terceiro exemplo é a política de segurança pública. Flávio propõe endurecer a legislação penal, criar meio milhão de vagas no sistema prisional e reforçar o controle das fronteiras marítimas e terrestres. Lula defende a PEC da segurança pública (em debate no Congresso), que amplia o controle do governo federal sobre as forças de segurança dos estados e municípios, o maior controle da posse de armas e munições e a criação de um novo ministério da segurança pública.

Os quatro quadros a seguir fazem um resumo das orientações e propostas, extraídas dos programas de governo de Lula e Bolsonaro. Embora tais programas sejam pouco relevantes para o efetivo exercício do governo a ser eleito, eles permitem entender o diagnóstico e as soluções que cada um dos candidatos apresenta para os problemas nacionais.

SEGURANÇA PÚBLICA	
LULA • Programa "Brasil contra o Crime Organizado" • Fortalecer o sistema prisional federal • Controle de armas e munições • PEC da segurança pública: redefine atribuições dos três entes federativos em segurança pública • Criação do ministério da segurança pública	FLÁVIO BOLSONARO • Reforçar forças armadas no controle de fronteiras, portos e aeroportos • Dobrar investimento federal em segurança pública • Limitar progressão de regime, endurecer legislação penal; reverter auxílio do preso para a vítima • Meio milhão de novas vagas no sistema prisional (zerar déficit carcerário) • "Muralha Brasileira": um milhão de câmeras espalhadas pelo país (modelo de São Paulo) • Redução da maioria penal
SEGURANÇA JURÍDICA	
LULA • Defesa da soberania nacional • Promover sustentabilidade ambiental e climática • Tornar a justiça mais ágil e rápida • Regulação das redes sociais • Mecanismo de participação popular nas políticas públicas • Fortalecer a Base Industrial e Tecnológica de Defesa • Afirmação da América Latina e Caribe como zona de paz	FLÁVIO BOLSONARO • Licenciamento ambiental ágil e moderno • Estabilidade de regras contratuais por 20 anos • Reforço dos marcos regulatórios; novo marco para minerais críticos e terras raras • Autonomia indígena para exploração em suas terras • BNDES só financiará projetos em território brasileiro • Investimentos de R\$ 900 bilhões em 4 anos em logística • Agências reguladoras técnicas e autônomas • Reforma do judiciário; STF como corte constitucional • Reforma política; fim da reeleição para Presidência • Fim da censura em suas várias formas
POLÍTICA FISCAL	

LULA	FLÁVIO BOLSONARO
• Justiça tributária: “colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda”; combater as desigualdades de renda, cor, raça e sexo • Valorização do salário-mínimo como meio de distribuição de renda • Buscar novas fontes de custeio da previdência social • Manter o “arcabouço fiscal” • Usar o poder de compra do Estado para promover desenvolvimento	• “Tesouração”: eliminar 10 ministérios e penduricalhos, reduzir cargos em comissão, enxugar máquina pública • Reforma administrativa, combate à corrupção • Blindagem das empresas estatais e seus fundos de pensão (gestão profissional) • Retomar Projeto Nacional de Desestatização • Mudar regras fiscais com objetivo de reduzir relação dívida-PIB (resultado: redução do juro real) • Revisão da reforma tributária: reduzir alíquota do IVA (perto de 30%) e reverter aumentos de impostos de Lula • Reeditar pacote antifraudes da previdência social

CRESCIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
LULA	FLÁVIO BOLSONARO
• Aumentar a taxa de investimento: infraestrutura, inovação e crédito produtivo; Estado como promotor do desenvolvimento • Redução das taxas de juro com inflação baixa e política fiscal responsável • Apoio ao mercado de capitais • “Nova Indústria Brasil”: recursos de R\$ 860 bilhões entre 2023 e 2026; reverter desindustrialização • Inserção do país nas cadeias mundiais de valor • Continuidade do PAC (infraestrutura e logística) • Fim da escala 6x1 sem redução salarial • Cooperação Sul-Sul, engajamento no BRICS, G20 e Sul Global	• Dobrar crescimento para 4% a.a. na próxima década • Encarar o desafio da produtividade: priorizar P&D, aproximar universidades e empresas, reduzir impostos sobre o trabalho, ampliar ensino técnico e em tempo integral • Acabar com a “república sindical” • Ampliar a “lei da liberdade econômica” • Manter atuais programas sociais, mas estimular porta de saída pelo trabalho • Ingresso na OCDE como meta do governo • Realizar abertura comercial, mantendo independência em “áreas críticas”; promover acordos comerciais